

A Prática Docente na Escola Especial de Jovens e Adultos (EEJA): Um estudo de caso em especial do aluno com deficiência intelectual

Teaching Practices at the Special School for Young and Adult Learners (EEJA): A Case Study of Students with Intellectual Disabilities

Sirlene de Souza Barbosa Ataídes¹
Maria Elba Medina Barrios²

235

Resumo: A presente pesquisa investiga as práticas docentes na Escola Especial de Jovens e Adultos (EEJA) focada no estudo de caso de alunos com deficiência intelectual, inserindo-se em discussões sobre a formação de consciência e a estruturação da humanidade através da educação. Esse estudo visa compreender como a educação pode fundamentar-se como um requisito essencial para a inclusão social desses educandos. **Objetivos:** O principal objetivo é analisar as práticas pedagógicas aplicadas na EEJA de Iporá, destacando as características e transformações no ensino de jovens e adultos com necessidades educativas especiais (NEEs), além de responder a questões sobre a qualidade do ensino e a inclusão efetiva de alunos afastados do sistema educacional. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso na Escola Especial de Jovens e Adultos (EEJA), envolvendo a aplicação de questionários abertos a cinco professores e um aluno. O estudo utilizou uma abordagem qualitativa para entender as dificuldades enfrentadas e as metodologias aplicadas, complementado por observações e entrevistas semi-estruturadas. **Resultados:** Os resultados indicam que, embora os métodos pedagógicos variem, existe uma busca comum por uma educação impactante. Identificou-se a necessidade de adaptações metodológicas para melhor atender aos alunos com NEEs, focando no uso das vivências dos alunos para a construção de sua aprendizagem. A pesquisa destacou a recuperação de competências pelos alunos e a necessidade de revisão das práticas docentes. **Conclusões:** A educação na Escola Especial de Jovens e Adultos (EEJA), deve transcender a visão de um instrumento ideológico e ser vista como uma ferramenta para transformação social e construção de um ambiente inclusivo. Este estudo ressalta a importância de práticas pedagógicas inovadoras e reflexivas que considerem as experiências dos alunos para uma aprendizagem significativa e eficaz.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas, Necessidades Especiais, Deficiência Intelectual

¹ Mestranda da Universidad Del Sol – UNADES ; sirlenesouza2007@hotmail.com

² Professora Doutora da Universidad Del Sol – UNADES - Orientadora; mariaelbamedinab@gmail.com

Recebido em 24/03/2024

Aprovado em 02/05/2024

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Abstract: This research investigates the teaching practices at the Special School for Youth and Adults (EEJA) focused on a case study of students with intellectual disabilities, engaging in discussions about the formation of consciousness and the structuring of humanity through education. This study aims to understand how education can be established as an essential requirement for the social inclusion of these students. **Objectives:** The main objective is to analyze the pedagogical practices applied at the EEJA in Iporá, highlighting the characteristics and transformations in the education of young people and adults with special educational needs (SEN), in addition to addressing questions about the quality of education and the effective inclusion of students distanced from the educational system. **Methodology:** A bibliographic research and a case study were conducted at the Special School for Youth and Adults (EEJA), involving the application of open questionnaires to five teachers and one student. The study used a qualitative approach to understand the difficulties faced and the methodologies applied, complemented by observations and semi-structured interviews. **Results:** The results indicate that, although the pedagogical methods vary, there is a common pursuit of impactful education. It identified the need for methodological adaptations to better serve students with SEN, focusing on using the students' experiences for the construction of their learning. The research highlighted the recovery of competencies by the students and the need for a review of teaching practices. **Conclusions:** Education at the Special School for Youth and Adults (EEJA) must transcend the vision of being merely an ideological instrument and be seen as a tool for social transformation and the creation of an inclusive environment. This study emphasizes the importance of innovative and reflective pedagogical practices that consider the experiences of the students for meaningful and effective learning.

Keywords: Pedagogical Practices, Special Needs, Intellectual Disability

1. INTRODUÇÃO

A educação destinada aos jovens e adultos deve ser integral, atendendo não apenas à aquisição de conhecimento, mas também à percepção completa dos educandos. É fundamental identificar suas necessidades de vivenciar aprendizagens significativas e expandir seus recursos cognitivos. A missão educativa consiste em harmonizar as práticas docentes com os diferentes ritmos de aprendizagem dos estudantes, promovendo a inclusão efetiva de todos no processo educacional e fortalecendo sua autoestima.

Este estudo, intitulado "A Prática Docente na Escola Especial de Jovens e Adultos (EEJA): um Estudo de Caso do Aluno com Deficiência Intelectual", insere-se nas discussões sobre o papel do processo educativo como formador de consciência e como ferramenta crucial para estruturar a humanidade. A escolha deste tema fundamenta-se na importância vital da educação na vida dos educandos, essencial para sua inclusão social.

A pesquisa busca responder às seguintes questões: Como atua o professor da Escola Especial de Jovens e Adultos ao trabalhar com jovens e adultos com deficiência intelectual? Quais ações o docente realiza em sua prática com esses alunos?

Destaca-se a relevância do papel do professor no contexto do ensino-aprendizagem, enfatizando que o padrão de aprendizagem atual deve ser pautado em uma abordagem humana contextualizada, reflexiva, criativa, fundamentada no conhecimento e na maturidade emocional e social dos educandos.

Assim, este trabalho tem o objetivo de analisar a prática docente para alunos com deficiência intelectual na Escola Especial de Jovens e Adultos na cidade de Iporá, para evidenciar as características educacionais presentes na Educação de Jovens e Adultos e destacar as principais transformações que vêm ocorrendo neste campo de ensino.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O conceito de inclusão educacional é intrinsecamente complexo e abrangente, apresentando desafios significativos às estruturas educacionais tradicionais e às concepções prévias que permeiam a educação e o aprendizado. Conforme discutido por Amaral et al. (2014), a inclusão transcende a mera integração de estudantes destinados à educação especial, abarcando todos os participantes do processo educativo. É essencial, para uma compreensão abrangente das políticas inclusivas, entender o fenômeno da exclusão social, que fundamenta as variadas barreiras presentes no sistema educacional.

De acordo com Garcia (2004), o termo "exclusão social" ganhou proeminência desde a década de 1970, especialmente em relação a indivíduos com deficiências físicas e intelectuais, historicamente vistos como incapazes de se integrar plenamente à sociedade devido a suas particularidades individuais. Esse conceito estende-se também a outros grupos marginalizados, como desempregados de longo prazo e jovens em busca de primeiro emprego, frequentemente percebidos como desqualificados ou à margem da sociedade.

Mantoan (2002) explora a questão da exclusão escolar, salientando suas múltiplas facetas. Ela adverte sobre o perigo de negligenciar os estudantes face aos rigorosos padrões acadêmicos vigentes, e ressalta que a democratização do acesso à educação não se traduziu em uma automática aceitação de novos saberes. As instituições de ensino, ao priorizarem certos conhecimentos em detrimento de outros, acabam excluindo aqueles que não se adequam a esses padrões, limitando-se a oferecer uma formação genérica que não favorece o diálogo entre diferentes perspectivas epistemológicas. No contexto das políticas públicas e das práticas pedagógicas voltadas à educação inclusiva, evidencia-se a premente necessidade

de reformas que contemplem as necessidades de todos os alunos, garantindo seu desenvolvimento acadêmico pleno.

Ferreira (1994) critica as políticas educacionais de baixo custo que se concentram em medidas compensatórias ou orientativas, em vez de promover investimentos mais significativos em educação. Alonso (2013), por outro lado, defende que a educação inclusiva deve integrar todas as crianças no mesmo ambiente escolar, valorizando as diferenças como aspectos essenciais da diversidade humana. Tal abordagem não somente atende às necessidades educacionais especiais, mas também enriquece as perspectivas de todos os alunos, fomentando um ambiente de convívio e desenvolvimento conjunto.

A legislação brasileira, especialmente a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96), estabelece claramente os direitos à educação para todos, sublinhando a importância de um sistema educacional que atenda às variadas necessidades dos alunos, incluindo os com altas habilidades ou superdotação. Tais políticas visam assegurar uma educação de qualidade que promova o desenvolvimento integral das capacidades de cada indivíduo, reforçando o compromisso do país com a inclusão e a diversidade no contexto educacional.

A trajetória da educação inclusiva no Brasil representa um movimento progressivo em direção à aceitação e ao respeito pela diversidade, instando o sistema educacional a adaptar-se e a proporcionar oportunidades iguais de aprendizagem e desenvolvimento para todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, emocionais ou sociais. A LDB/96 também assegura a garantia de apoio profissional e serviços de suporte, oferecendo uma abordagem dupla para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, tanto em ambientes regulares quanto em situações que requerem atendimento especializado, garantindo assim o suporte necessário para uma educação inclusiva efetiva.

2.1 Deficiência intelectual

De acordo com Calejon (2002), os distúrbios de aprendizagem são caracterizados por disfunções do sistema nervoso central, manifestando-se através de um espectro de sinais sintomatológicos que desencadeiam múltiplas perturbações no processo de aprendizagem infantil. Estas interferências se apresentam predominantemente no método pelo qual a criança adquire e retém informações, o que suscita preocupações entre os pais, pois reconhecem que o

sucesso escolar de seus filhos está intrinsecamente ligado à competência na aprendizagem da leitura e outras habilidades básicas.

Ademais, Oliveira e Leite (2000) destacam que, além dos distúrbios de aprendizagem, existem as dificuldades escolares, que estão diretamente associadas a problemas na metodologia de ensino adotada. Ou seja, essas dificuldades não se originam unicamente de disfunções neurobiológicas, mas podem ser atribuídas a deficiências nos métodos pedagógicos aplicados.

Por sua vez, Carvalho (2006, p. 56) observa que muitos estudantes enfrentam desafios ao tentar realizar tarefas escolares, que podem emergir de uma variedade de fatores, incluindo deficiências na proposta pedagógica, na capacitação dos educadores, ou mesmo em decorrência de questões familiares. Esta visão é corroborada por Ferreira (1994) e Carvalho (2006), que argumentam que as dificuldades de aprendizagem não se referem a um único distúrbio, mas sim a um amplo espectro de problemas que podem afetar qualquer aspecto do desempenho acadêmico. Tais dificuldades são caracterizadas como empecilhos que interferem na aquisição de habilidades escolares essenciais e só podem ser identificadas formalmente quando começam a impactar negativamente o desempenho escolar do indivíduo.

Em relação às dificuldades ligadas a problemas emocionais, Garcia (1998, p. 33) ressalta características como instabilidade emocional, dependência, tensão nervosa, dificuldade de manutenção da atenção, inquietude, desobediência, reações comportamentais abruptas, falta de controle pessoal, dificuldades de ajustamento à realidade, problemas de comunicação, e uma autoestima baixa com tolerância reduzida à frustração. Estes aspectos emocionais constituem desafios significativos para o grupo de crianças afetadas, exacerbando as dificuldades no processo de aprendizagem.

Além disso, problemas na proposta pedagógica, na capacitação dos professores e questões familiares são outros fatores que podem exacerbar as dificuldades de aprendizagem, que não são necessariamente sinônimo de transtornos, mas sim indicativos de uma série de interrupções no processo de aprendizagem da criança, afetando significativamente sua capacidade de cognição e retenção de informações, conforme Garcia (1998), detalha em seus estudos.

2.2 Prática docente necessária para atender as necessidades dos alunos com deficiência intelectual na Escola Especial de Jovens e Adultos (EEJA).

Como educadores, nossa missão é estimular o desenvolvimento integral de nossos alunos por meio de processos de aprendizagem enriquecedores. Segundo Porto (2006), as instituições de ensino devem administrar a inserção de um processo educativo de alta qualidade, sendo a principal ação a mediação do conhecimento. Isso implica que, no desenvolvimento do ensino-aprendizagem, o professor deve proporcionar experiências significativas para os alunos, educando de forma democrática e inclusiva, com o objetivo de alcançar todos os estudantes para que participem, discutam e reflitam sobre a relevância dos conhecimentos adquiridos em seu cotidiano, formando, assim, cidadãos críticos e ativos na sociedade.

Jacometti (2008) ressalta que, em qualquer período, a escola tem a função de possibilitar o crescimento intelectual dos que estão inseridos nela, além de constituir-se como um espaço de inclusão socio-cultural. A educação deve ser direcionada para o desenvolvimento das potencialidades individuais, reforçando a ideia de que cada pessoa é produto da educação que recebe continuamente.

A função da escola, especialmente no contexto da Escola Especial de Jovens e Adultos (EEJA), é reacender a criatividade, o desejo de aprender e de socializar. Historicamente, a escola foi concebida para a transmissão de conhecimentos sistematizados e a inculcação de valores morais, éticos e sociais. Assim, a escola deve ser um ambiente acolhedor e estimulante, onde o amor e o afeto se fazem presentes e contribuem para reverter quadros de exclusão. Neste processo, a emoção e o aprendizado se entrelaçam, produzindo indivíduos criativos, críticos e plenamente formados, sem perder de vista sua formação cidadã (Porto, 2006).

Como docente, ao facilitar a interação do estudante com os conteúdos programáticos, é imprescindível que o faça de maneira dinâmica e contextualizada, sempre buscando conectar as experiências vividas pelo aluno aos temas estudados. Esse processo não apenas enriquece o aprendizado, mas também ressalta a relevância da educação como uma ferramenta essencial para a aplicação prática no dia a dia do estudante. Dessa forma, a formação escolar transcende a teoria, tornando-se um pilar fundamental na construção das competências diárias do aluno.

Conforme apontado por Haddad (1991, p.48), em um contexto de escola inclusiva, o suporte educativo assume um papel crucial, pois permite que as metas das planificações individualizadas sejam atingidas. Esses apoios são desenhados para equipar os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) com um conjunto de habilidades que favorecem sua futura integração na sociedade, promovendo sua autonomia e responsabilidade.

Garcia (1998) defende a visão de que a escola ideal deve ser democrática, oferecendo igualdade de oportunidades para todos os seus integrantes, permitindo-lhes crescer tanto intelectual quanto profissionalmente. A transformação da escola em um ambiente propício ao aprendizado implica, por consequência, em uma transformação social, visto que a instituição educativa está intrinsecamente ligada ao tecido social. Alterações no espaço escolar refletem, portanto, mudanças na sociedade.

Segundo Sasaki (1999, p. 41), a inclusão social é definida como um processo pelo qual a sociedade se ajusta para incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais, enquanto estas se preparam para assumir seus papéis na comunidade. A inclusão, portanto, é um processo recíproco em que indivíduos ainda marginalizados e a sociedade colaboram para identificar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. Este processo bilateral de inclusão reflete a interdependência entre o desenvolvimento individual e as estruturas sociais, destacando a importância de uma parceria ativa para alcançar uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

O processo inclusivo, por sua natureza, demanda um respeito profundo pelas diferenças individuais, criando oportunidades para que todos possam aprender sobre si mesmos e sobre os outros em um ambiente rico em diversidade de ideias, sentimentos e ações. Conforme Carvalho (2006) aponta, a atuação do profissional em um contexto inclusivo deve refletir uma atitude de aceitação, promovendo trocas interativas e valorizando a autoimagem e a autoestima dos alunos.

Moraes (1997) sugere que, embora o aluno deva explorar o objeto de aprendizagem de forma independente, isso deve ocorrer dentro de objetivos estabelecidos pelo professor, que não são inicialmente revelados ao aluno. Isso porque a assimilação de conceitos significativos não ocorre automaticamente.

Segundo Garcia (1998), as pessoas constroem seus conhecimentos a partir de uma intenção deliberada de fazer conexões entre o que já conhecem e as novas informações que desejam absorver. Portanto, as metodologias e estratégias pedagógicas adotadas pelo professor devem ser adequadamente planejadas, sendo capazes de atender às possíveis dificuldades de aprendizagem dos alunos, reconhecendo que cada um é um ser único em constante crescimento e desenvolvimento, vivenciando o processo educacional de maneiras distintas, influenciadas por suas diferenças individuais, interesses e motivações.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho constitui uma pesquisa bibliográfica, cujas informações e fundamentação teórica foram obtidas a partir de textos, livros, artigos especializados, dissertações e teses, acessíveis em bases de dados online e periódicos do período de 1998 a 2010. Como destaca Gil (1999, p. 65), "esse tipo de pesquisa é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos".

Empregamos uma abordagem qualitativa para desenvolver um estudo de caso Escola Especial de Jovens e Adultos (EEJA), utilizando questionários abertos para investigar as práticas da escola junto a alunos diagnosticados com deficiência intelectual. Participaram do estudo cinco professores e um aluno. Inicialmente, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e aplicamos questionários aos professores para compreender as dificuldades enfrentadas no trabalho com alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) – deficiência intelectual. Os instrumentos quantitativos foram utilizados para complementar a análise e aprofundar a compreensão do problema estudado.

Após um período de observação, conduzimos entrevistas com os professores, seguindo a metodologia de entrevista semi-estruturada descrita por Triviños (1992, p. 146), que permite partir de questionamentos básicos baseados em teorias e hipóteses relevantes à pesquisa e, em seguida, explorar amplamente outras questões que emergem conforme as respostas dos entrevistados. Isso possibilita que os informantes contribuam espontaneamente, com base em suas experiências e pensamentos, para a construção do conteúdo da pesquisa.

No desenvolvimento do roteiro da entrevista, cuidamos para formular perguntas claras e precisas, facilitando a resposta por parte dos entrevistados. As entrevistas foram realizadas individualmente, respeitando a disponibilidade dos professores, e mantendo o anonimato dos participantes.

Conforme Gil (1999, p. 73) enfatiza, essa metodologia é adequada para explorar situações da vida real cujos limites são imprecisos, permitindo descrever o contexto em que a investigação ocorre. Utilizamos observação participante, entrevistas e questionários fechados como instrumentos de coleta de dados. Os dados coletados na pesquisa de campo são predominantemente descritivos e incluem transcrições das entrevistas e dos questionários.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Após a análise das respostas dos professores, implementou-se uma abordagem diária e individualizada de ensino, especialmente direcionada ao aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs). Com a colaboração e autorização das professoras titulares, as coordenadoras engajaram-se em atividades diferenciadas, focando nas áreas de maior dificuldade de cada aluno. Essa intervenção possibilitou que os alunos recuperassem 80% das competências previamente estabelecidas.

No contexto da Unidade de Ensino, diversas iniciativas foram desenvolvidas, incluindo o estudo do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), conselhos de classe e planejamentos colaborativos entre professores e coordenadores. Adicionalmente, aplicou-se um questionário a professores e alunos com o objetivo de avaliar as práticas docentes.

Em uma fase subsequente, analisaram-se as respostas dos professores e alunos, concluindo-se que, embora os métodos pedagógicos variem, os objetivos são comuns na busca por uma educação impactante na vida dos alunos. Observou-se que alguns docentes ainda se apegam a métodos tradicionais, o que, por vezes, resulta em aulas menos estimulantes e dinâmicas, especialmente para os alunos com NEEs, que frequentemente se deparam com aulas excessivamente centradas no quadro-negro e nos livros didáticos, descontextualizados de sua realidade.

Ficou claro também que não havia sido criado um espaço adequado para o aluno com NEEs. Por isso, sugeriram-se recursos adicionais para auxiliar nesse trabalho. Com base nas respostas dos alunos, recomendou-se aos professores que enfatizassem a relevância do conteúdo abordado, permitindo que os alunos formassem seus próprios conceitos, visto que as respostas indicavam um conhecimento superficial sobre os temas abordados.

Ao concluir a pesquisa, percebeu-se que, apesar dos desafios, significativos avanços foram alcançados, como o trabalho em equipe, o envolvimento dos alunos em apoiar os colegas com NEEs, a atenção individualizada aos alunos com NEEs, o acompanhamento dos progressos pelos gestores, o interesse dos professores em planejar atividades diferenciadas e o comprometimento dos coordenadores com suas práticas pedagógicas. Todos esses fatores contribuíram para um aumento no número de alunos aprovados.

Os resultados sugerem que os professores da Escola Especial de Jovens e Adultos (EEJA) devem adotar uma prática pedagógica inovadora e reflexiva, criando espaços para que os alunos produzam conhecimento de forma autêntica e crítica. É essencial que os conteúdos estejam relacionados ao cotidiano dos alunos, permitindo que eles participem ativamente do

processo educativo, formulando problemas, refletindo e construindo novos saberes (Ferreira, 1994).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) em todos os segmentos educacionais é uma forma de reconhecer e valorizar suas individualidades, oferecendo-lhes oportunidades significativas, independentemente do tipo de deficiência.

É fundamental promover experiências pedagógicas significativas e revisar as metodologias aplicadas, estruturando um trabalho baseado em fundamentos sólidos que ampliem as capacidades de expressão do aluno e seu acesso ao processo educativo.

Todo o processo educativo deve visar atender às necessidades e ao desenvolvimento intelectual do educando, especialmente na Escola Especial de Jovens e Adultos (EEJA), reconhecendo que cada indivíduo possui um ritmo próprio de aprendizagem, moldado por suas experiências de vida.

Os desafios e perspectivas pedagógicas na Escola Especial de Jovens e Adultos (EEJA) são amplos e incluem o aprimoramento do fazer pedagógico, a integração de conteúdos de forma epistemológica, e a valorização dos saberes adquiridos no contexto do trabalho, todos essenciais para o processo de ensino e aprendizagem.

Este estudo é de extrema relevância para a escola, para a comunidade acadêmica e para a sociedade, pois a educação de jovens e adultos com NEEs é fundamental para o desenvolvimento pleno de todos os cidadãos. A análise realizada deve servir para que os profissionais da educação reavaliem suas práticas pedagógicas e atuem com maior profissionalismo na orientação do aprendizado dos alunos com NEEs.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Daniela. Os desafios da educação inclusiva: foco nas redes de apoio. **Revista Nova Escola**. Digital. Fev. 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacaoinclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>. Acesso em: 06 de abril de 2022.

AMARAL, Marciliana Batista et al. Breve histórico da educação inclusiva e algumas políticas de inclusão: um olhar para as escolas em juiz de fora. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, Juiz de Fora, n. 16, p.01-24, jan. 2014. Jan/jul.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. 20 de dezembro de 1996. Cart. Ano 2007.

CALEJON, L.M.C.; BEATÓN, G.A. **Avaliação Psicológica, os testes e o diagnóstico explicativo**. Piracicaba-sp: G.E. Degaspari, 2002

CARVALHO. M.F. **Educação de jovens e adultos com deficiência mental: inclusão escolar e constituição de sujeitos**. Horizontes. V.24, n.2, p.161-171, jul.\dez. 2006

DA SILVA GONCALVES, Maria Célia. O uso da metodologia qualitativa na construção do conhecimento científico. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro , v. 10, p. 199-203, mar. 2007 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000100018&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 5 abr. 2024.

DEMO, Pedro. Aprender com suporte digital-Atividades autorais digitais. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 25, n. 1, p. 10-94, 2020. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1284. Acesso em 01 de março de 2024.

FERREIRA, M.C.C. **A prática educativa e a concepção de desenvolvimento psicológico de alunos com deficiência mental**. Campinas, 1994, p. 160. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas.

GARCIA, J.N. **Manual das dificuldades de aprendizagem – Linguagem, leitura, escrita e matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HADDAD, S. **Estado e educação de adultos (1964-1985)**. Tese Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo: 1991

JACOMETTI, M. **Reflexões sobre o contexto institucional brasileiro contemporâneo e as transformações na educação profissional**. **Educar**, Curitiba, n. 32, p. 233-250, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar**. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED/Unicamp, 2002.

MORAES, A.M.P. **Distúrbios de Aprendizagem: Uma abordagem psicopedagógica**. São Paulo: EDUCON, 1997.

OLIVEIRA, A.A.S e LEITE, L. P. **Escola Inclusiva e as necessidades educativas especiais**. In: MANZINI, J.E. (org.) **Educação Especial: temas atuais**. Marília: Fundepe, 2000

PORTO, O. **Psicopeagogia institucional: teoria, prática e assessoramento psicopedagógico**. Rio de Janeiro: Editora Wak 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo/Atlas, 1992.